

XVII Congresso Brasileiro de Sociologia
20 a 23 de Julho de 2015, Porto Alegre (RS).
GT16 - Movimentos Sociais na atualidade: reconfigurações das práticas e
novos desafios teóricos

**A atuação e influência dos movimentos sociais no cenário
internacional**

Vanessa Marx
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

RESUMO

O interesse em estudar os movimentos sociais como atores no sistema internacional se intensifica pelas crescentes mobilizações internacionais realizadas a partir da crise de 2008. Algumas destas manifestações vêm tensionando a política externa de alguns Estados e de organismos internacionais em que o Brasil faz parte. Por outro lado, a política externa brasileira vem apresentando um caráter inovador, fazendo com que o país se torne uma liderança importante para os países emergentes, criando novas agendas como o combate a pobreza e a desigualdade, e estabelecendo novas estratégias de Cooperação Sul-Sul. Além da inovação na política externa, o Brasil é visto internacionalmente como referência na criação de canais de participação e de diálogo com os movimentos sociais na gestão pública. Esta inovação em políticas de participação na gestão pública tem sido visibilizada no plano internacional através da participação dos movimentos sociais brasileiros em fóruns e redes internacionais. Frente a um contexto de crise, mobilização internacional e inovação na política externa a atuação dos movimentos sociais brasileiros no cenário internacional se torna complexa. Os fundamentos teóricos deste trabalho baseiam-se na literatura sobre movimentos sociais e relações internacionais que sustenta de que além do Estado, outros atores, poderiam atuar no plano internacional.

1- Introdução

O presente trabalho busca abordar a atuação dos movimentos sociais no cenário internacional e sua influência no contexto interno e externo. Eles agem desde o âmbito local até o global, estabelecendo dinâmicas de mobilização, protestos e reivindicações que podem ter impacto em seus países e no mundo. Para uma melhor compreensão deste fenômeno necessitamos ver como são as dinâmicas de mobilização e a diversidade de formas de atuação dos movimentos sociais em escala nacional ou mundial. Para isso faz-se necessário entender como se organizam os movimentos sociais. Estes agentes priorizam a organização horizontal frente a vertical e acumulam uma

diversidade de agendas e bandeiras de lutas. Além dos fatores mais intrínsecos a dinâmica dos movimentos podemos visualizar as mudanças que surgiram a partir da articulação de lutas feitas no interior do Fórum Social Mundial e as respostas dos movimentos frente a crise de 2008. Em face a esta realidade alguns movimentos sociais, no contexto geopolítico mundial, buscam criar uma globalização alternativa centrando a atenção em temas, que nas relações internacionais são considerados de *soft power*, como a desigualdade social, a pobreza, gênero, meio ambiente, entre outros.

Por outro lado vemos como os movimentos sociais se manifestam contra instituições e organizações internacionais, como por exemplo, em Seattle, em 1999, colocando em evidência os movimentos sociais como um ator que tensiona o sistema e busca influência no sistema internacional. A teoria crítica das relações internacionais aborda a questão da influência e atuação dos atores sociais na formação da opinião pública e na busca por um espaço de diálogo e articulação com o Estado.

A partir da abordagem da organização dos movimentos sociais e de sua atuação no sistema internacional buscamos verificar como é exercida a influência dos movimentos sociais como atores internacionais para que haja uma globalização alternativa e uma maior democratização do sistema internacional.

2- Globalização e Movimentos Sociais

O contexto mundial vem sendo marcado pelo fenômeno da globalização. Este fenômeno influencia cada vez mais a dinâmica de trabalho e a agenda dos movimentos sociais.

Os movimentos sociais atuam no contexto local, lugar onde expressam desejos, conflitos e disputas com outros atores por espaços no processo de formulação e implementação de políticas públicas de Estado.

Apesar do território ser o lugar onde exercem a ação política e as lutas, a globalização internacionaliza as agendas dos movimentos sociais. O impacto que a globalização trouxe em relação às mudanças na vida das pessoas, na forma de se relacionar, na política e nas instituições. As relações dos diversos atores que atuam no cenário global se estabelecem cada vez mais por meios

virtuais e conectados em redes produzindo “ação à distância” (Held, 1997, p. 42).

Desde o ponto de vista econômico, a volatilidade dos fluxos de capitais vêm gerando insegurança e acentuando a competição, propiciando uma mudança estrutural no sistema econômico mundial. A informação circula de forma instantânea e a uma velocidade exponencial, gerando maior conexão entre os diversos atores, entre eles os movimentos sociais, que passaram a atuar cada vez mais em rede.

O capital e o trabalho circulam sem barreiras entre as regiões e os países gerando desigualdade, isso se deve ao crescimento do setor privado e das relações transnacionais, que geraram flexibilidade e instabilidade nas relações laborais. Esta valorização excessiva do sistema privado frente ao público poderia ser definida como o enfraquecimento das estruturas estatais e do poder do Estado. (Beck, 2002, p. 21)

A globalização também gera um *desenvolvimento geográfico desigual*, reformulando assim tanto a teoria como a política (Harvey, 2006) e ao debilitar alguns Estados como núcleo central do poder incentiva o que podemos chamar “transferência” de poder e de influência. No cenário globalizado aparecem novos atores, que podem ter um papel importante na arena internacional, entre eles os movimentos sociais. Esta redistribuição de poder nos situa no âmbito político-institucional, que junto com a influência da política econômica dos países desenvolvidos e do mercado financeiro internacional nos ajuda a entender o que significa a globalização neoliberal e o surgimento do Fórum Social Mundial (FSM).

O neoliberalismo surgiu depois da Segunda Guerra Mundial, como resposta ao Estado intervencionista e de bem-estar na América do Norte e Europa. Buscava estabelecer outro tipo de capitalismo, sem regras. A partir desta base, foram implantadas políticas de altas taxas de juros, via livre para os fluxos financeiros, redução dos impostos para os sujeitos com salários mais altos; gerando altas taxas de desemprego, um amplo programa de privatizações e o desmantelamento de alguns sindicatos. Mas o que teve grande impacto foi a hegemonia alcançada pelo neoliberalismo em matéria ideológica influenciando tanto governos de direita como da social-democracia europeia que incorporaram em seus programas ideários e iniciativas neoliberais.

Seguindo a lógica do pensamento único, sem alternativas, colocamos em evidência o conceito de globalização hegemônica dentro da análise sobre globalização. Este tipo de globalização poderia ser entendido como globalização neoliberal exercida de forma hegemônica sob as regras dos Estados Unidos sendo, portanto, a globalização das problemáticas americanas e a crença americanocêntrica (Bourdieu e Wacquant, 2002).

Os impactos negativos da globalização neoliberal e sua repercussão na agenda dos movimentos sociais mostram a multidimensionalidade deste fenômeno histórico em suas variadas dimensões: econômica, sociocultural, de informação, tecnológica, institucional e política. A crescente rapidez dos fluxos financeiros provoca a dependência cada vez maior dos Estados, das empresas e dos indivíduos frente aos movimentos de capital.

O termo globalização não é neutro e está presente nos discursos políticos e econômicos. Os fatores econômicos se apresentam como a variável principal, ficando o poder político refém da economia onde a expressão máxima se traduz na subordinação de alguns Estados às forças do capital, das empresas transnacionais e dos mercados financeiros. Alguns Estados, para sustentar suas economias nacionais, utilizam o sistema global para se reforçar e subordinar outros Estados, na relação centro-periferia ou Norte e Sul. Poderíamos dizer que o sistema mundial atual existe por haver existido na Europa um vínculo entre os Estados e as economias nacionais e onde a globalização seria o processo e o resultado de uma concorrência secular entre estes Estados/economias nacionais. (Fiori, 2003)

Por outro lado, atores como os movimentos sociais se importam pelas carências da política para resolver os conflitos e que se preocupam com a inércia de alguns governos, que não minimizam os efeitos nocivos da globalização. Alguns movimentos sociais, que fazem parte desta sociedade, criam novos paradigmas que atenuam os efeitos perversos do neoliberalismo, através de novas esperanças e alternativas a este modelo. Os confrontos resultam dos fluxos e refluxos da luta política e surgem como uma reação a mudanças nas oportunidades e restrições políticas. Também podem ser indicadores de uma mudança social que se avizinha (Gohn, 2011; Tarrow, 2009).

Se bem é certo que a globalização neoliberal enfraqueceu alguns Estados, também é certo que em alguns países estamos observando processos inversos de reestatização de algumas empresas públicas e aumento do papel do Estado na concepção de políticas públicas. Este é o caso de alguns países da América Latina. Depois da década perdida e das recomendações de países do Norte Global e das agências internacionais, a América Latina está experimentando uma reorientação de suas políticas e resgatando o papel do Estado na política de mercado e em relação ao capital privado. Com a possibilidade de um retorno do papel protagonista do Estado e de uma política externa e de cooperação sul-sul seria importante analisar como se situam os atores sociais nesta nova correlação de forças.

A recuperação do papel do Estado está começando a abrir o debate na América Latina sobre a necessidade de definição de uma agenda pós-neoliberal e descolonial para o continente e a implementação de políticas que reforcem a globalização contra-hegemônica.

A partir do Fórum Social Mundial foi sendo construída gradualmente uma globalização alternativa a globalização neoliberal, uma globalização contra-hegemônica desde os movimentos sociais. Esta globalização está intrinsecamente relacionada à idéia de utopia como nos expõe Sousa Santos (2002, p.57):

“Globalização contra-hegemônica seria a articulação transnacional dos movimentos, associações e organizações que defendem os interesses e grupos subalternos ou marginalizados pelo capitalismo global. A globalização contra-hegemônica é fundamental para organizar e disseminar estratégias, políticas eficazes, criar alternativas ao livre comércio como às iniciativas de comércio justo, e garantir o acesso das ONG’s dos países periféricos ao conhecimento teórico e as redes políticas onde emergem as políticas hegemônicas que afetam a estes países”.

Esta nova concepção de globalização contra-hegemônica que parte do contexto Latino-Americano poderia ainda se articular com a perspectiva do descolonial, como bem nos expõe Quijano (2002), ao falar sobre a colonialidade do poder, o capitalismo como padrão universal da exploração social, o Estado- Nação em sua variante hegemônica, e o eurocentrismo como forma hegemônica de controle da subjetividade/intersubjetividade e no modo

de produzir conhecimento.

Alguns movimentos sociais criam novos paradigmas que atenuam os efeitos perversos do neoliberalismo, através de novas esperanças e alternativas a este modelo. Poderíamos dizer que com as experiências de radicalização da democracia e de inclusão social os atores sociais buscam novas formas de exercer influência na política. A inovação consistiria no aumento da consciência de que é necessário ampliar esfera pública política, através da multiplicação de experiências de democracia participativa, da inserção dos atores sociais excluídos e da criação de canais de diálogo entre os saberes populares intrínsecos nas lutas e nas práticas do cotidiano dos movimentos sociais. Esta ampliação da esfera pública iria além de uma ideia de rede de comunicação de conteúdos, da tomada de posições e opiniões (Habermas, 1997) frente a outros atores, ela poderia constituir um *lócus* de aprendizado mútuo e de tomada de consciência das necessidades dos movimentos sociais, de como reforçar suas agendas internas e de como exercer influência em temas públicos de caráter interno ou internacional.

Este aprendizado mútuo dos movimentos sociais no plano internacional tem um caráter não só de emancipação social, mas também de uma preocupação pela diversidade cultural e pela radicalização da democracia. Partindo dos elementos culturais é que a troca de saberes se faz mais complexa e ao mesmo tempo mais desafiante. A diversidade cultural constitui um elemento central ao trabalhar com movimentos sociais internacionalizados, a diferença aparece como um recurso, como uma riqueza, como elemento essencial para confrontar diferentes visões, perspectivas e significados.

É neste contexto de reinvenção que surge certa inquietude de parte dos movimentos sociais em atuar no cenário global. Esta multiplicidade de atores, que muitas vezes se articulam em redes, demonstram que a elaboração de políticas é algo cada vez mais complexo no mundo em que vivemos.

Os movimentos sociais se articulam através de suas redes internacionais ou do Fórum Social Mundial, mas por outro lado mantêm seus ciclos de confronto que são tão característicos na vida dos movimentos sociais transnacionais. Os movimentos transnacionais poderiam ser entendidos como: “interações contenciosas sustentadas com opositores - nacionais ou não nacionais- através de redes de desafiantes organizados e que ultrapassam fronteiras nacionais”

(Tarrow, 2009, p. 231). Estas ações coletivas podem ser temporárias buscando somente a difusão de ações ou do avanço no intercâmbio político. Os confrontos transnacionais acompanham a dinâmica de que a economia mundial rapidamente se globaliza e que isto vem acelerando a formação de uma sociedade civil transnacional.

Finalizando, nos questionamos a partir da abordagem de Mc Adam, Tarrow e Tilly (2009), se a globalização realmente criou uma “aldeia global” de movimentos sociais e se atuação dos movimentos transnacionais escapam às fronteiras do Estado nacional. Por isto é importante verificar se os movimentos sociais exercem influência para que a política externa do Estado nacional se articule com as suas agendas no cenário internacional.

3- Política Externa e movimentos sociais como atores do sistema internacional

Como vimos anteriormente o fenômeno da globalização neoliberal vem debilitando a política levando-nos a repensar formas de recriar um espaço político e uma nova ordem internacional que inclua outros atores, além do Estado, que fortaleçam o valor do coletivo frente ao individual.

A banalização da esfera pública e a impotência da política em captar as demandas vindas da sociedade reflete a necessidade de recriar a política fortalecendo-a de forma profunda. É na esfera pública que se luta por influência, pois ela se forma nessa esfera. (Habermas, 1997)

Pensamos que é necessário fortalecer a política, assim como reconhecer as suas ausências.

Em primeiro lugar seria importante analisar que vivemos atualmente em uma crise financeira e política e que existe um enfraquecimento da soberania de alguns Estados frente às demandas do capital transnacional. Em segundo lugar seria importante ver quais são as alternativas possíveis para uma redemocratização da esfera pública, com a inclusão de novos atores.

Depois do auge da globalização neoliberal onde os agentes econômico-financeiros tiveram facilidades para o livre fluxo de capitais, a fragmentação da capacidade de governo esteve relacionada com a ideia de que o Estado deveria compartilhar decisões com outros atores subnacionais ou

supranacionais. As novas interdependências globais puseram em xeque a capacidade centralista do Estado de controlar os processos de transformação global. Neste complexo panorama outros atores buscaram espaço para fazer parte deste jogo. A crise do Estado, em alguns países, deixou ainda mais visível a importância da presença de novos atores no contexto internacional.

A partir do ano 2000 começou a se configurar uma mudança na geopolítica mundial. Esta mudança poderia ser vista sob duas perspectivas: a dos países desenvolvidos e a dos em vias de desenvolvimento.

Em relação aos países centrais do capitalismo houve uma retomada mais enérgica dos Estados para controlar e regular o mercado financeiro globalizado, principalmente com a Crise Financeira Mundial de 2008. As consequências da política neoliberal e a grande crise se somaram a *realpolitik*, fazendo ressurgir a figura do Estado intervencionista.

Em relação aos países em desenvolvimento, principalmente na América Latina, houve a retomada do Estado devido a uma reconfiguração política do continente. Alguns destes países vêm trabalhando questões como a refundação do Estado colocando na pauta a questão da plurinacionalidade, das novas etnias e dos excluídos. Foi também neste continente, considerado como um dos mais desiguais do mundo, que a fome e o combate à pobreza apareceram como temas centrais a ser trabalhado na agenda dos Estados e dos organismos multilaterais. A retomada do Estado é dada a partir de um paradigma descolonial e talvez invisível frente a dos países dominantes. Em relação a política internacional alguns Estados do continente Latino-Americano vêm estimulando o multilateralismo, a interlocução com outros atores excluídos do sistema internacional e inovando com outro tipo de cooperação internacional, a cooperação sul-sul. Criam um espaço próprio de estratégias e participação conjunta com outros países periféricos no interior do sistema mundial.

A crise financeira de 2008 pode ser considerada um marco histórico de reposicionamento dos países no cenário internacional, colocando em novas posições tanto os países centrais do capitalismo como as chamadas potências emergentes.

Com a grande turbulência que vive o mundo em crise, emergem com mais força as demandas e protestos dos movimentos sociais. Desde 2008 até o

presente momento já vimos confrontos políticos em todo mundo de movimentos sociais e de grupos que buscam ser escutados e participar da formulação de políticas que os afetam. São inúmeras as manifestações ocorridas nestes últimos anos com novas formas de articulação entre os movimentos sociais, com novas demandas frente a crise internacional e o sistema político. Os Indignados ocupam espaços públicos nas cidades espanholas, o *Occupy Wall Street* se manifesta no coração do centro financeiro internacional nos Estados Unidos e os movimentos e cidadãos de diversos países da primavera árabe lutam por maior democracia em seus países.

Estes movimentos que tem incidência no sistema internacional são os mais emblemáticos e fazem ecoar suas vozes junto a outras manifestações que contestam o sistema regional e internacional desde o âmbito nacional, como as manifestações ocorridas na Grécia.

No marco deste debate, o Estado vem cedendo paulatinamente parte de suas competências a outros níveis de governo, como o supranacional, no caso da União Europeia. O Estado ao deixar de ser o ator central põe em evidência a própria natureza dos organismos internacionais, principalmente das Nações Unidas. Frente a isto é necessário pensar a política desde uma nova composição institucional manifestando a necessidade de: “Repensar a natureza, a forma e o conteúdo da política democrática frente ao complexo entrecruzamento de relações e processos locais, nacionais, regionais e globais.” (Valencia, 2000, p. 55).

Os movimentos sociais como atores do sistema internacional exercem influência na opinião pública internacional e nacional, tensionam para uma reversão do sistema político de seus países e sensibilizam os organismos internacionais sobre as suas demandas. A complexidade deste cenário alerta para a necessidade de cruzar teorias que definem os movimentos sociais com as teorias das relações internacionais.

Assim na análise das relações internacionais incorporam-se outros atores não estatais como as ONG's, as instituições e os organismos multilaterais e a opinião pública internacional. Não só o tema do papel dos atores é importante neste teoria, como também a ampliação da agenda temática a âmbitos como os direitos humanos, a democracia, o meio ambiente, a pobreza, etc. Estes temas convergem com a abordagem dos Novos Movimentos Sociais que

ênfatiza a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento social e o processo de identidade criado (Gohn, 2011). Portanto assume uma realidade marcada pela interdependência, a maior fluidez nas relações e uma mais rápida conexão entre fluxos de capitais, tecnologias, transportes, a circulação de bens e pessoas. A centralidade do ator estatal como protagonista das relações internacionais é permeada por uma maior presença dos organismos globais, onde as fronteiras e os territórios estão cada vez mais conectados.

Ainda que sem tantos adeptos e estando a margem da dicotomia realismo-liberalismo a teoria crítica nas relações internacionais expõe os elementos importantes para repensar a incorporação de outros atores no sistema internacional. Trabalha com conceitos e temas como hegemonia, a emancipação, a desigualdade, o Estado como ator central, o meio ambiente e o conceito de sociedade civil global. Todos eles fundamentais para a abordagem dos movimentos sociais globais. A questão da hegemonia, abordada por Gramsci e o resgate do marxismo faz com que o eixo da teoria crítica se contraponha ao realismo. Além disto, alguns fatores são importantes para esta teoria como o reconhecimento dos limites da razão e complexidade das relações sociais, desde a perspectiva teoria-ação, no sentido de compreender que os fenômenos sociais são dinâmicos e que não podem estar desconectados da realidade. Uma das abordagens mais importantes de Gramsci para os movimentos sociais transnacionais é a relação entre Estado e sociedade civil e a dimensão vertical das relações internacionais (Nogueira e Messari, 2005). Gramsci mantém a diferença entre Estado e sociedade civil, mas desloca a segunda da base material para a esfera superestrutural e dela faz o lugar do poder ideológico distinto do poder político e dos processos de legitimação da classe dominante. A diferença entre dominantes e dominados, opressores e oprimidos continua perpetuando-se não só na política interna dos países, mas também na relação entre eles. A atuação dos movimentos sociais no cenário internacional ilumina estas diferenças ressaltando as desigualdades sociais, políticas e econômicas sofridas pela cidadania.

Os elementos expostos pela teoria crítica sustentam a proposta de que se reconheçam os movimentos sociais como atores do cenário internacional e que sejam criados canais para que estes sejam escutados.

Por outro lado, a governança global pareceria justificar a influência de uma nova sociedade internacional e cosmopolita. A governança tem como paradigma central a elaboração de políticas públicas com diversos atores além do Estado. Alguns autores utilizam o conceito de governança global para justificar a posição de outros atores no sistema internacional. Held e McGrew (2004) descrevem a amplitude do conceito através do interrogante sobre se a governança global poderia marcar uma nova ordem global. Trataria de ampliar o panorama, assumindo que a arquitetura institucional em um sistema multilateral que contemplasse a esfera supraestatal (sistema ONU), a regional (União Européia, Mercosul, etc.) e as subestatais (associações de cidades e de regiões). Se pensamos em uma arquitetura complexa de atores que fazem parte de uma nova ordem mundial, aparecem neste cenário problemas de coordenação internacional:

“En las relaciones internacionales, los actores y los socios de la negociación son los Estados que están en relación de interdependencia estratégica. El enfoque de las relaciones internacionales, asume que los Estados nacionales son los actores más importantes de la escena global. Esta perspectiva es engañosa si se observan con mayor atención las cuestiones de governance que se presentan en el ámbito global.” (Mayntz, 1998, p. 7).

A governança em uma dimensão global surge em um momento onde a cooperação transfronteiriça se acentua, com a permeabilidade das fronteiras em vários níveis territoriais criando proximidades e novos espaços. O poder de governar e estabelecer relações internacionais, que são monopólios do Estado, poderiam ser compartilhados com os novos atores. A criação de canais de participação e diálogo por parte do Estado com os movimentos sociais em temas importantes para suas agendas poderia incentivar uma maior democratização das relações internacionais.

A crise nos países desenvolvidos onde as políticas de bem-estar estavam consolidadas estão passando por revisão, ajustes e uma reconfiguração na relação entre Estado e mercado. Os países da América Latina, África e Ásia tem muito a contribuir em termos de criação de canais de diálogo entre poder público e sociedade civil. O Brasil vem estabelecendo políticas alternativas onde o Estado tem um papel regulador e estabelecendo cooperação com

outros países do sul através do Fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) e o agrupamento de países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Por outro lado o Brasil vem criando espaço em sua política externa para os novos temas e novos atores, introduzindo em sua agenda a proteção ao chamado grupo dos vulneráveis, no âmbito dos direitos humanos, especificamente sobre a questão de gênero. Portanto, a política externa no que tange ao gênero especificamente trata do empoderamento das mulheres, da inclusão econômica, reconhecimento de direitos sexuais e reprodutivos e enfrentamento da violência contra a mulher. A necessidade de se avançar em pesquisa sobre a influência de outros atores na política externa converge com que nos expõe Milani e Pinheiro (2013, p.12):

“A política externa necessita de parâmetros de investigação que incorporem os diversos atores presentes em seu processo decisório, em suas mais distintas formas de participação e levando-se em conta os variados modelos de interação política (influência, participação, cooperação, resistência, conflito)”.

A presença dos Estados em articulação com outros atores é importante para reforçar o multilateralismo. Estados mais democráticos, com um novo modelo de globalização, mais justa e humana poderia ser a base para um sistema internacional mais harmônico com relações internacionais éticas e democráticas.

4- Conclusões

A globalização e a atuação dos movimentos sociais no cenário internacional põe em evidência o papel do Estado, como ator legítimo para atuar na esfera internacional. Os Estados algumas vezes adotam políticas internacionais que contrariam a opinião pública e não convergem com as pautas dos movimentos sociais.

Estabelecer canais de diálogo sobre a política internacional e ceder espaço a outros atores vem gerando resistência por parte de alguns Estados, que defendem que poderia ocorrer uma fragmentação da política externa e divergências dentro do próprio Estado debilitando sua estratégia internacional. Este argumento pode ser contrastado com a posição de que as práticas

democráticas na formulação das políticas públicas têm um desdobramento histórico construtivo, criando cumplicidade, horizontalidade e relações mais participativas.

Apesar dos limites legais os movimentos sociais atuam de fato no cenário global e são capazes de exercer influência no conjunto do sistema. Esta influência ainda é estabelecida de forma pontual e dispersa. Pontual, pois está ligada a determinados fenômenos que estimulam a mobilização dos movimentos sociais, dispersa pela própria dinâmica do movimento, que tem dificuldade em definir interlocutores que estabeleçam canais de diálogo com o Estado. A diversidade de pautas dos movimentos sociais é outro elemento importante a considerar, pois muitas destas pautas nos movimentos transnacionais convergem com a política de Estado.

O que podemos notar é que os movimentos sociais de caráter transnacional vêm se multiplicando e criando espaços para a convergência de suas agendas, seja através do Fórum Social Mundial ou de campanhas, protestos e manifestações pontuais.

Apesar das divergências alguns Estados e movimentos sociais de caráter global estabelecem canais de diálogo na formulação de resoluções e elaboração da política externa, principalmente em temas de *soft power* como a cooperação técnica internacional, nos temas relacionados a fome e pobreza, gênero ou ainda sobre as questões ambientais.

Da mesma forma, os organismos internacionais estabelecem canais de diálogos com a sociedade civil, principalmente através de algumas agências da ONU. Esta aliança cria estratégias para estabelecer políticas conjuntas como: o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e a implementação da Reforma da ONU. A promoção e proteção dos direitos humanos, dos direitos das mulheres e de gênero e ampliação da cooperação em problemas relacionados com o meio ambiente, a saúde e a segurança vêm sendo temas importantes que contam com a colaboração dos movimentos sociais.

Poderíamos dizer que existe uma maior iniciativa por parte dos organismos internacionais em estabelecer diálogo com os movimentos sociais. O problema é que muitas das recomendações dos organismos internacionais não têm caráter vinculante frente aos Estados.

Finalmente poderíamos dizer que alguns caminhos estão abertos para a participação de outros atores na política internacional, principalmente em relação aos organismos internacionais, mas caberia para fazer um estudo dos movimentos sociais que conseguiram estabelecer uma articulação e diálogo tanto com o Estado nacional como com os organismos internacionais para exercer influência no cenário internacional e fazer com que suas agendas sejam contempladas tanto pelo Estado quanto pelos organismos internacionais.

5- Referências Bibliográficas

- BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo global*. Madrid: Siglo XXI, 2002.
- BOURDIEU, Pierre e WACQUANT, Loïc. “Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista”. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, nº1, 2002, PP. 15-33.
- FIORI, José Luis. “Sobre o Poder Global”. Artigo para el seminario Innovation Systems and Development Strategies for the Third Millenium. Rio de Janeiro: Novos Estudos, 2003.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 2011.
- HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Loyola, 2006.
- HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- HELD, David. *La democracia y el orden global. Del Estado moderno al gobierno cosmopolita*. Barcelona: Paidós, 1997.
- HELD, David y MCGREW, Anthony. *Governing Globalization*. Cambridge: Polity Press, 2004.
- MC ADAM, Doug; TARROW, Sidney e TILLY, Charles. “Para Mapear o Confronto Político”. *Lua Nova*, São Paulo, 76: 11-48, 2009.
- MAYNTZ, Renate. “New Chalenges to Governance Theory”. Jean Monet Chair paper 50/98. Fiesole: European University Institute, 1998.
- MILANI, Carlos R.S e PINHEIRO, Leticia. “Política Externa Brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública”. *Contexto Internacional* Rio de Janeiro, vol. 35, no 1, janeiro/junho 2013, p. 11-41.
- MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL
http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=36

66:grupos-vulneraveis&catid=181&lang=pt-BR&Itemid=432. Acessado em 05/06/2015.

NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade, poder, globalização e democracia”. *Novos Rumos*, v.17, n. 37, pp. 4-28, 2002.

SOUSA SANTOS, Boaventura. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TARROW, Sidney. *O Poder em Movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.

VALENCIA, Alberto Rocha. “Gobierno y Gobernabilidad Globales”. *Revista Espiral. Estudios sobre Estado y Sociedad*. Vol. VI, núm. 18. Guadalajara: Universidad de Guadalajara. Mayo/agosto, 2000.